



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1009514-86.2015.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Anulação de Débito Fiscal**
 Requerente: **Nilberto Fernando Bim Me**
 Requerido: **Fazenda do Estado de São Paulo**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Carlos Eduardo Montes Netto**

Vistos.

Trata-se de **AÇÃO DECLARATÓRIA** ajuizada por **NILBERTO FERNANDO BIM ME** contra a **FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO**. Alega, em síntese, que atua na compra e venda de veículos automotores novos e usados e que foi surpreendida com o apontamento em Cartórios de Protesto em débitos referentes ao IPVA de exercícios recentes de veículos que há tempos foram comercializados. Assim, requer a procedência do pedido, para o fim de que seja declarada a inexigibilidade dos débitos mencionados na inicial, a suspensão dos efeitos do protesto e da inscrição do nome da empresa no CADIN, com a condenação da ré ao pagamento das verbas da sucumbência. Juntou documentos.

A liminar foi deferida as fls. 33/35.

Citada, a ré contestou (fls. 47/69), sustentando a obrigação do autor de comunicar a alienação. Postulou a improcedência do pedido. Juntou documentos.

Foi noticiada a interposição de agravo de instrumento as fls. 70/71.

Acórdão juntado as fls. 98/108.

Pedido de ampliação dos efeitos da tutela as fls. 109/110, deferido a fl. 113.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

É o relatório.

DECIDO.

O processo comporta julgamento antecipado, nos termos do art. 355, I do Código de Processo Civil.

O pedido é improcedente.

Com efeito, como é consabido, a Constituição Federal estabeleceu que o IPVA, imposto incidente sobre a propriedade de veículos automotores, é de competência dos Estados (art. 155, III), cabendo a esses regular o exercício de tal competência.

No exercício da referida competência, o Estado de São Paulo editou a Lei nº 6.606/89, que define como fato gerador a propriedade de veículo automotor, com ocorrência no dia 1º de janeiro de cada ano (art. 1º, § 1º).

Ao prever como contribuinte o proprietário do veículo, a Lei Paulista ainda determina casos de solidariedade na responsabilização pelo pagamento do tributo (art. 4º), incidente sobre:

“I. o adquirente, em relação ao veículo adquirido sem o pagamento do imposto do exercício ou exercícios anteriores;

II. o titular do domínio e/ou o possuidor a qualquer título;

III. o proprietário de veículo de qualquer espécie, que o alienar e não comunicar a ocorrência ao órgão público encarregado do registro e licenciamento, inscrição ou matrícula, na forma do artigo 18”.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DA FAZENDA PÚBLICA

RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Dessa forma, há clara subsunção do artigo 4º, III da Lei Estadual nº 6.606/89, ao caso concreto, haja vista que a autora, à época dos fatos, como se infere da petição inicial, deixou de comunicar o DETRAN sobre as transferências, trazendo para si o ônus da responsabilidade solidária, não se podendo acolher, desse modo, o pretendido reconhecimento e declaração da inexistência e inexigibilidade dos débitos apontados no sistema Detran/SP em seu nome.

Na mesma linha, aliás, o artigo 16 da referida Lei Estadual ainda prescreve:

"Fica instituído o Cadastro de Contribuintes do IPVA, que será organizado e mantido pela Secretaria da Fazenda, mediante unificação e adaptação dos controles já existentes nos órgãos do Estado.

§1º Quaisquer alterações havidas em relação ao proprietário ou ao veículo serão obrigatoriamente comunicadas à Secretaria da Fazenda, no prazo que for fixado, não inferior a 30 dias.

§2º Em caso de alienação do veículo, a obrigação da comunicação de que trata o parágrafo anterior comum ao alienante e alienatário".

À falta dessa comunicação, configura-se a responsabilidade solidária do anterior proprietário do veículo, no caso o autor, pelo pagamento do IPVA, uma vez que ausente a comunicação ao órgão de trânsito, presume-se a titularidade em nome daquele que ainda consta no registro, exatamente o que



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

consta também nos registros do órgão fazendário Estadual.

Essa situação é autorizada pelo Código Tribunal Nacional, que, dentre as normas gerais, estabelece:

"Art. 124. São solidariamente obrigadas:

(...)

II- as pessoas expressamente designadas por lei".

Irrelevante, portanto, a existência de mera tradição do bem móvel, já que a exigência tributária vai além do âmbito da propriedade para atingir o alienante omissor em comunicar à Administração Pública as vicissitudes dominiais correspondentes.

Veja-se, ademais, que também o Código de Trânsito Brasileiro obriga o alienante a responder solidariamente pelas penalidades impostas, a cessar apenas quando da comunicação da transferência:

"Art. 134 - No caso de transferência de propriedade, o proprietário antigo deverá encaminhar ao órgão executivo de trânsito do Estado dentro de um prazo de trinta dias, cópia autenticada do comprovante de transferência de propriedade, devidamente assinado e datado, sob pena de ter que se responsabilizar solidariamente pelas penalidades impostas e suas reincidências até a data da comunicação".



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DA FAZENDA PÚBLICA

RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

De mais a mais, como não se pode olvidar, a estipulação de obrigações no contrato de compra e venda realizado entre o alienante e adquirente do veículo, não obriga a Fazenda Pública, como determina o Código Tributário Nacional, ainda que a alienação tenha ocorrido antes da entrada em vigor do Código de Trânsito Brasileiro:

"Art. 123 - Salvo disposições de lei em contrário, as convenções particulares, relativas à responsabilidade pelo pagamento de tributos, não podem ser opostas à Fazenda Pública, para modificar a definição legal do sujeito passivo das obrigações tributárias correspondentes".

Diante do descumprimento do dever legal de comunicar os órgãos públicos DETRAN e Secretaria da Fazenda sobre a transferência do veículo, a autora incide nos artigos acima citados, incorrendo em clara hipótese de solidariedade passiva.

Com isso, o lançamento dos débitos descritos na inicial, revela-se legítimo, não havendo, portanto, ao contrário do que pretende o autor, falar-se em declaração de inexistência e inexigibilidade de débitos apontados no seu nome.

Diante de todo o exposto, **JULGO IMPROCEDENTE** o pedido, nos termos do artigo 487, I do Código de Processo Civil.

Revogo as decisões que anteciparam os efeitos da tutela. Expeça-se o necessário.

Responderá a autora pelo pagamento das custas, despesas processuais e honorários de advogado, fixados esses em R\$ 1.000,00, nos termos do art. 85, 2º § do Código de Processo Civil.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

P.I.

São Carlos, 14 de setembro de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**